

ESTUDO DE ASPECTOS DA POBREZA MENSTRUAL NO MUNICÍPIO DE ARAGUATINS, TO

Nayda Shelda Lima Lopes¹, Lázaro Dhony Oliveira Freire², Cecyllya Alves do Carmo³, Isadora Aguiar dos Santos⁴, Maria Rita Da Silva Bruno⁵
Darcy Alves do Bomfim⁶

¹Estudante do Curso Superior de Licenciatura em Ciências Biológicas – IFTO. e-mail: nayda.lopes2@estudante.ifto.edu.br

²Estudante do Curso Superior Licenciatura em Ciências Biológicas – IFTO. Bolsista do CNPq. e-mail: lazaro.freire2@estudante.ifto.edu.br

^{3,4,5}Estudantes do Licenciatura em Ciências Biológicas – IFTO. e-mail: cecyllya.carmo@estudante.edu.br; isadora.santos3@estudante.ifto.edu.br; maria.bruno2@estudante.ifto.edu.br

⁶Docente do Curso Superior – IFTO. Orientador(a). e-mail: darcy.bomfim@ifto.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A pobreza menstrual é um fenômeno multidimensional que vai muito além da simples falta de absorventes. Ela envolve restrições financeiras, infraestrutura precária e a ausência de informações adequadas para que mulheres e meninas conduzam seu ciclo menstrual com segurança e dignidade (FERREIRA et al., 2024; PAULA et al., 2025).

No Brasil, trata-se de um problema de saúde pública e de direitos humanos. Dados mostram que milhões de meninas e mulheres ainda vivem sem acesso a banheiros adequados, água potável e produtos de higiene, o que compromete a educação, o bem-estar e a participação social (UNICEF; UNFPA, 2021).

Fatores estruturais agravam a situação: desigualdades de gênero persistentes, deficiência na educação menstrual, estigmas culturais e políticas públicas insuficientes. Essas barreiras impactam a saúde física e emocional, limitam oportunidades educacionais e profissionais e perpetuam ciclos de vulnerabilidade (MELO et al., 2024; CÂNDIDO; SALIBA, 2022).

Compreender esse cenário em nível local é essencial. Em Tocantins, por exemplo, o programa Dignidade Menstrual distribuiu 82,3 mil absorventes a mais de 2.000 mulheres apenas em 2024 (BRASIL, 2024). Entretanto, ainda há escassez de estudos específicos sobre municípios como Araguatins. Assim, este trabalho busca analisar a realidade da pobreza menstrual entre mulheres da cidade e de municípios vizinhos, identificando seus impactos pessoais, sociais e de saúde, além de subsidiar políticas públicas e promover maior conscientização sobre o tema.

2 OBJETIVO

Identificar a realidade da pobreza menstrual em Araguatins e municípios vizinhos, analisando seus impactos na vida das mulheres e contribuindo para ações que garantam acesso a produtos de higiene e educação menstrual de qualidade.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório e de corte transversal, com abordagem mista (quantitativa e qualitativa). A pesquisa foi realizada entre fevereiro e julho de 2025, envolvendo

mulheres residentes em Araguatins e municípios vizinhos. O estudo integrou o Programa Institucional de Iniciação Científica – CNPq/PIBIC, desenvolvido no período de agosto de 2024 a julho de 2025.

A coleta de dados ocorreu por meio de dois instrumentos: um questionário online, elaborado no *Google Forms*, e questionários impressos aplicados presencialmente. O instrumento continha nove questões que abordavam aspectos da situação socioeconômica, impactos sociais da pobreza menstrual e conhecimento sobre políticas públicas relacionadas ao tema.

Antes da aplicação definitiva, foi realizado um pré-teste (piloto) com um grupo reduzido de participantes, não incluídas na amostra final, a fim de avaliar a clareza, o tempo de resposta e a adequação das perguntas. Após os ajustes necessários, o questionário foi aplicado às participantes.

Foram adotados os seguintes critérios de inclusão e exclusão:

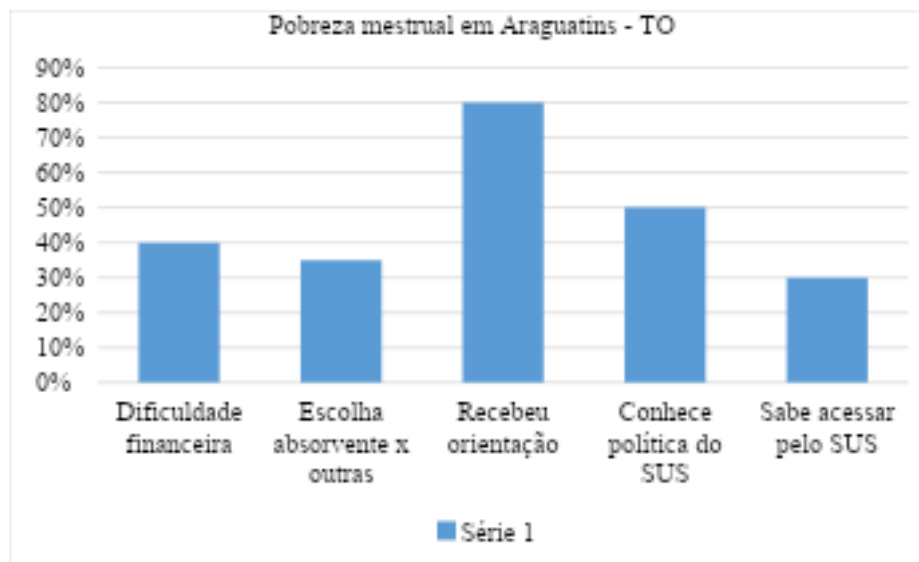
- Critérios de inclusão: pessoas que menstruam, dispostas a participar voluntariamente e que assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).
- Critérios de exclusão: pessoas que não menstruam (independentemente do gênero), participantes que não completaram integralmente o questionário e aquelas que se recusaram a assinar o TCLE.

A participação foi voluntária e condicionada à assinatura do TCLE, garantindo o respeito às normas éticas da pesquisa. A análise dos dados ocorreu em duas etapas. Os dados quantitativos foram tratados por meio de estatística descritiva, com apresentação de frequências absolutas e relativas (percentuais). Já os dados qualitativos foram examinados por meio da análise de conteúdo categorial, que possibilitou a identificação de temas recorrentes e percepções sobre o fenômeno estudado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das respostas obtidas, foi possível identificar diferentes dimensões da pobreza menstrual na região, destacando aspectos relacionados ao acesso a produtos de higiene, às condições socioeconômicas, à orientação sobre cuidados menstruais e ao conhecimento acerca de políticas públicas (Figura 1). Foram considerados 62 questionários válidos para análise, após a aplicação dos critérios de inclusão. A figura 1 apresenta a distribuição percentual das respostas para os principais indicadores analisados.

Figura 1 – Pobreza Menstrual em Araguatins -TO



Fonte: dados da pesquisa, 2025

Conforme ilustrado no gráfico, 40% das participantes enfrentam dificuldades financeiras para adquirir produtos menstruais e 35% recorrem a alternativas devido ao custo ou à disponibilidade. Por outro lado, 80% afirmaram já ter recebido algum tipo de orientação sobre cuidados menstruais, o que demonstra o impacto positivo de ações educativas, embora ainda não universais.

Em relação às políticas públicas, 50% das respondentes declarou conhecer a iniciativa do SUS para oferta gratuita de absorventes, mas apenas 30% disseram saber como acessar efetivamente esse benefício. Essa discrepância evidencia falhas na divulgação institucional e barreiras burocráticas que dificultam o exercício de um direito garantido.

O recorte etário revelou desigualdades: enquanto mulheres entre 20 e 30 anos relataram menos dificuldades atuais de acesso, adolescentes e jovens com menos de 20 anos, em maior vulnerabilidade socioeconômica, enfrentaram episódios de privação. Essa diferença pode ser atribuída à dependência financeira das mais jovens em relação às famílias (Espro, 2022).

A cobertura desigual de programas evidencia limitações das políticas públicas. A pobreza menstrual afeta sobretudo mulheres mais jovens, revelando dimensões econômicas, sociais e de gênero que comprometem saúde, autoestima e equidade de oportunidades (PENA et al., 2025).

Por fim, as participantes reforçaram a percepção da menstruação como uma questão de saúde pública. Apesar da existência de programas governamentais, como a distribuição gratuita de absorventes, ainda há lacunas significativas na cobertura, especialmente em regiões remotas. Para enfrentar o problema, são necessárias políticas intersetoriais mais eficazes, que unam saúde, educação e assistência social, ampliem a distribuição de insumos e combatam estigmas culturais associados à menstruação (Maciel, 2024).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados evidenciam que a pobreza menstrual em Araguatins e região vai além da falta de produtos de higiene, afetando saúde, educação e participação social. Apesar de avanços em conscientização e políticas públicas, ainda existem falhas na informação, distribuição e efetividade das ações. São necessárias estratégias mais amplas e adequadas ao contexto local, que unam fornecimento de insumos, educação menstrual e combate a estigmas, garantindo dignidade e equidade de gênero.

6 AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq e ao IFTO pelo fomento e apoio na execução do projeto, que viabilizou a realização desta pesquisa, bem como pela concessão da bolsa de Iniciação Científica.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Saúde. Dignidade menstrual: 82,3 mil absorventes foram retirados no Tocantins.** 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias-para-os-estados/tocantins/2024/marco/dignidade-menstrual-82-3-mil-absorventes-foram-retirados-no-tocantins>.

CÂNDIDO, G.; SALIBA, A. **Políticas públicas sobre a saúde menstrual no Brasil: olhares pelas lentes dos movimentos sociais da menstruação.** Mediações, SciELO Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mediacoes/a/9s5cngjvkWjxkSjbKjCZ6Jm/>.

ESPRO. **Pesquisa revela que a pobreza menstrual atinge 47% das jovens negras e de famílias de menor renda no país.** Disponível em: <<http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/76624>>.

FERREIRA, F. S. R.; BALAMINUT, T.; CARMONA, E. V.; SANFELICE, C. F. O. **Repercussões da pobreza menstrual para as mulheres e pessoas que menstruam: revisão integrativa.** Revista Baiana de Enfermagem, v. 37, 2024. DOI:10.18471/rbe.v37.52708. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/52708>.

MACIEL, Rafael Régis Aquino. **A pobreza menstrual e a violação de direitos em um campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFAM) no interior do Amazonas (Brasil).** 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10592>.

MELO, V. F. de; CARDOSO, L. R.; GOMES, A. C. **Pobreza menstrual: aspectos socioeconômicos e culturais.** Research, Society and Development, v. 13, n. 4, 2024. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/download/45584/36354/475096>.

PAULA, M. C.; SILVA, L. S.; OLIVEIRA, A. P. **Period poverty: a scoping review.** Revista

Brasileira de Enfermagem, v. 78, n. 2, 2025. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/reben/a/N5xf9V7K6gWnD5CWwBRNGHS/>.

PENA, Andressa Karoline Cavalcante et al. **Desafios e perspectivas na saúde de adolescentes em situação de pobreza menstrual**. Cuadernos de Educación y Desarrollo, v. 17, n. 4, p. e7921-e7921, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/cuadv17n4-018>.

UNICEF; UNFPA. **Pobreza menstrual no Brasil: desigualdades e violações de direitos**. 2021. Disponível em:
<https://brasil.un.org/pt-br/129009-fundo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-da-onu-e-unicef-lan%C3%A7am-relat%C3%B3rio-sobre-pobreza-menstrual-no-brasil>.